

TOMÁS MORO (São)

Humanista e político inglês (n. Londres, 1477 ou 1478-m. ibid. 1535), beatificado em 1886 e canonizado em 1935. Mais ainda do que em vida, Tomás Moro ganhou fama na morte. Encarcerado na Torre de Londres durante c. 15 meses, enfrentou um processo suspeito. Condenado à morte dos traidores (forca, afogamento e esquartejamento), o rei comutou-lhe a pena e foi decapitado.

O percurso pessoal de T. M. em nada fazia prever este desfecho. Filho de um homem de leis, servira como pajem o arcebispo e futuro cardeal John Morton; frequentara os melhores estabelecimentos de ensino, em Londres e Oxford. Rapidamente se tornara advogado de sucesso e professor. Vive então — por quatro anos — na Cartuxa de Londres, antes de constituir família. Entre outros cargos, T. M. fora membro do Parlamento, *undersheriff* da cidade de Londres, conselheiro do monarca e, por fim, chanceler do reino, entre 1529 e 1532. Retirara-se da vida pública nesta data, devido à separação da Igreja de Inglaterra empreendida por Henrique VIII, o rei que ele servira exemplarmente. No entanto, T. M. não assiste à coroação de Ana Bolena. O novo chanceler do reino convoca-o para assinar o *Act of Succession*, que anulava o casamento real com Catarina de Aragão e validava o da nova rainha. Porque a assinatura implicava a aceitação da autoridade religiosa do rei e o repúdio da supremacia papal, T. M. recusa-se. E assim se transformou o humanista e político em mártir da Igreja Católica. Recordando a morte de Sócrates, a de T. M. simboliza, num contexto cristão, o eterno conflito entre a integridade pessoal e a estratégia do poder político.

Para além de traduções e cartas, Moro é autor da *History of King Richard III*, considerada a primeira obra-prima da historiografia inglesa. Como polemista católico escreve, nomeadamente, *Responsio ad Lutherum*, *A dialogue concer-*

ning Heresies, A Confutation of Tyndale's Answer e A Supplication of Souls. Já na prisão, destaca-se o *Dialogue of Comfort against Tribulation*. No entanto, é a *Utopia*, composta em latim entre 1515 e 1516 — e logo publicada em Lovaina — que faz de T. M. uma referência obrigatória do pensamento humanista e da filos. social.

↗ Erasmo de Roterdão escrevera, durante uma estada em casa de T. M., o *Encomium Moriae*. Feito o elogio da loucura, faltava o da sabedoria. Enquanto aquela, como mostra Erasmo, está em todo o lado, esta não está em parte alguma; ou melhor, pensa T. M., estará no οὐτόπος (do grego, o não-lugar), na ↗ *Utopia*.

A *Utopia* é um diálogo em que intervêm, em presença, três personagens: Pedro Giles, amigo de Moro e personagem perfeitamente secundário, o próprio autor e a *persona*, por ele criada, de Rafael Hitlodeu, marinheiro português que «Navegou como Ulisses e até mesmo como Platão», aportando à *Utopia*. Do título ao texto, os neologismos de T. M. revelam um mundo outro. Pela negatividade e pelo humor, suplantam as aparências e convidam a uma verdadeira dialéctica ascendente. Assim, a capital da *Utopia* é Amaurota (cidade miragem), onde passa o rio Anidro (sem água) e governa o príncipe Ademo (sem povo). Outros magistrados tinham outrora o nome de Traníboro (grande glutão) e Sifogrante (velho gaiteiro). Hitlodeu é o «fala-barato». Na realidade, ele diz muito. Mas a República Ideal moreana não será conceptualizada, como a platónica. Será antes imaginada. No discurso de Hitlodeu, somos paradoxalmente transportados a uma apreensão sensitiva da Forma Inteligível.

A obra é composta por dois Livros. Escrito em primeiro lugar, o Livro II descreve a *Utopia*, que também pode ser chamada *Eutopia*, ou Lugar Feliz, conforme sugere T. M. em sextilha. O Livro I é uma cuidada introdução/contraposição, na qual se descreve e comenta a

vida social e política do tempo — com especial ênfase em Inglaterra — mostrando como ela em tudo se afasta do Ideal.

Entre comentários e exemplificações — reais ou imaginárias — Hitlodeu critica os detentores do poder; gradualmente, encaminha a sua análise para o diagnóstico da causa última da corrupção e da crise social: a existência da propriedade privada e do dinheiro, geradores da ambição e da contenda. Moro-personagem, que em todo o diálogo é o *alter ego* crítico de Hitlodeu (talvez porque Hitlodeu seja o *alter ego* crítico do político T. M.), faz as objecções tradicionais à viabilidade de uma sociedade comunitária, no final do Livro I. Hitlodeu pode então retorquir: «Se tivésseis estado na *Utopia* [...]» Como contra factos não há argumentos, está aberto o caminho ao Livro II. São inúmeros os aspectos observados por Hitlodeu na sua estada. Re-censeamos apenas alguns: desprezo pelas pedras e metais preciosos, ausência total de propriedade privada, geografia do isolamento (a *Utopia* estava ligada ao continente por um istmo, mas foram realizados trabalhos para a transformar em ilha), ordem e simetria do espaço natural e construído, família e trabalho para todos, exiguidade e simplicidade das leis, magistrados eleitos, pluralismo e tolerância religiosa (o cristianismo, desconhecido até à visita de Hitlodeu, foi bem recebido), controle da população e dos seus movimentos, regulamentação de todos os aspectos da vida quotidiana, das relações entre as pessoas e da própria morte.

Este carácter «fechado» da sociedade utopiana não é experimentado como coerção pelos seus habitantes. Entre o «interior» — a consciência individual — e o «exterior» — a vida comunitária — existe quase sempre uma perfeita harmonia. Talvez porque os utopianos são muito racionais, engenhosos e amáveis; como os discípulos de Epicuro, são dados aos prazeres legítimos do corpo e da

alma; e entregam-se de boa vontade ao trabalho e ao estudo.

Note-se que qualquer interpretação da *Utopia* deverá partir da sua estrutura dialógica e da complexidade que esta acarreta. Na *Utopia*, estamos em presença de um ponto alto da arte do diálogo e da persuasão, da mistura entre o sério e o cómico, do jogo entre o sentido evidente e o oculto, da transmutação mística do mundano. Não é possível ignorar a imensa erudição e a subtileza do humanista T. M., que a terá escrito com divertimento e profunda seriedade.

No quadro do pensamento social do seu tempo, a obra de T. M. pode ser contraposta à de Nicolau Maquiavel, que escreve *O Príncipe* em 1513. T. M. não é menos realista (leia-se o Livro I da *Utopia*) nem menos laico (os utopianos vivem na República Ideal, mesmo sem conhecer o cristianismo) do que o florentino. Mas, enquanto este parece conceder demasiado ao real, T. M. prefere equacioná-lo juntamente com o Ideal, como cabe ao filósofo.

A comunidade descrita por Hitlodeu não configura um programa para a mudança política, mas também não pode ser vista como mero sonho irrealizável. Entre a primeira hipótese e a segunda, o Ideal moreano permite relevar o distanciamento crítico na análise da *res publica* e o papel da filos. no entrever dos muitos possíveis, ainda que situados acima do que a esperança e o desejo normal-

mente alcançam. Deste modo, T. M. produz uma reflexão poderosa e encantatória, que a literatura utópica se encarregará de prolongar até aos nossos dias.

OBRAS: *The Yale edition of the complete works of St. Thomas More*, New Haven/Londres, a partir de 1963; A. Prévost, *L'Utopie de Thomas More* (apresentação, texto original, aparato crítico, exegese, tradução e notas), Paris, 1978.

BIBLIOGRAFIA: G. Marc'Hadour, *Thomas More ou la sage folie*, Paris, 1971; A. Prévost, *Thomas More (1478-1535) et la crise de la pensée européenne*, Paris, 1979; F. E. Manuel e F. P. Manuel, *Utopian Thought in the Western World*, Cambridge (Mass.), 1979; F. de Mello Moser, *Tomás More e os Caminhos da Perfeição Humana*, Lisboa, 1982; F. de Mello Moser e J. V. de Pina Martins, *Thomas More au Portugal*, Lisboa, 1983.

João Rosas